

■ Ocupação Mauá e poder de fabulação: considerações a partir de uma atividade de formação¹⁷⁹

Stella Zagatto Paterniani

Entender a coletividade sem espaço para contemplar a diferença tem seus riscos fundamentalmente conservadores e autoritários, tanto teóricos quanto políticos. Não são menores, contudo, os riscos e falácias decorrentes da proclamação de uma pluralidade desenfreada. A pergunta que nos fica é: qual é o limite? Qual é o limite político em que a alteridade esbarra, ou qual o limite que restringe e questiona a prática do poder? E qual o limite teórico para se pensar totalidades e pluralidades sem os riscos do conservadorismo e do relativismo sem rigor?

Doreen Massey (2000) parte do diagnóstico da compressão do tempo-espaço e do efeito desse fenômeno no sentido de *lugar*, o qual se tornaria necessariamente reacionário (cf. ZUKIN, 2000), uma vez que falar em *lugar* implicaria necessariamente na construção de identidades singulares e essenciais, construídas de maneira introvertida e sob a exigência de fronteiras e de um uso específico da memória. Ao rejeitar, contudo, a possibilidade de *lugar* ter seu sentido exclusivamente reacionário, a autora preocupa-se em propor uma noção alternativa de lugar, e escreve que “o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular, Trata-se, na verdade, de um lugar de encontro” (MASSEY, 2000, p. 184).

Essa noção de lugar é uma noção extrovertida, isto é, não-ensimesmada, que inclui o reconhecimento da existência de Outros e das ligações de um lugar com um mundo além de si. Nas palavras da autora, é uma noção que “integra de forma positiva o local e o global” (MASSEY, 2000: p. 184). Essa integração, explícita a autora, não significa “fazer conexões ritualísticas com o “sistema mais amplo” – as pessoas na reunião de bairro que trazem à tona o capitalismo internacional toda vez que se tenta discutir sobre coleta de lixo – e sim de que há relações reais com conteúdo real – econômico, político e cultural – entre qualquer local e o mundo mais amplo em que esse local se situa” (idem, *ibid.*).

179 Este artigo é uma versão resumida de parte de minha dissertação de mestrado (PATERNIANI, 2013).

Prefiro expandir um pouco a expressão “relações reais” e não entender como “real” o que se opõe à ficção. Deleuze (1985) afirma que “o que se opõe à ficção não é o real, não é a verdade que é sempre a dos dominantes ou dos colonizadores, é a função fabuladora dos pobres, na medida em que dá ao falso a potência que faz deste uma memória, uma lenda, um monstro”. A função fabuladora é recuperada de Bergson e atualizada por Deleuze, em *Bergsonismo*, como uma potência criadora da mundos. Em *Bergsonismo*, Deleuze recupera a principal divisão bergsoniana: entre duração, dimensão portadora das diferenças de natureza, e espaço, dimensão que contempla apenas diferenças de grau. A duração é, em si, uma multiplicidade e, portanto, ao dividir-se, pode mudar de natureza: daí as duas dimensões aparentemente paradoxais, mas presentes na noção bergsoniana (à luz de Deleuze) de duração: continuidade e heterogeneidade.

Entendo que a noção bergsoniana de fabulação tal como recuperada por Deleuze (1999; 2007) deve ser fundamentalmente política – criar mundos é um ato político. Entendo a política como uma conjunção das propostas de Arendt (1987, 2000, 2001) e Rancière (1996), semelhante à maneira como a entende Feltran (2003, p. 39): “A política (...) faz aparecerem critérios compartilhados de entendimento do mundo”. A política, portanto, é a possibilidade de falar, de se fazer ouvir e de ser entendido. É ter sua fala entendida como fala que faz sentido, e não como ruído ininteligível (RANCIÈRE, 1996; FELTRAN, 2003). Neste artigo, pretendo apresentar um pouco do poder fabulador da e na ocupação Mauá, isto é, sua criação de mundo(s), e a política ali vivida e proposta. Fare isso a partir de uma fala de Nelson, uma das lideranças de um dos movimentos que compõem a Mauá, em uma atividade de formação.

A Luz e a questão da habitação

A ocupação Mauá fica na região da Luz, região central da cidade de São Paulo historicamente marcada por forte ocupação popular de suas áreas públicas, com cortiços, comércio informal e, a partir dos anos 1990, edifícios ocupados pelo movimento de moradia (FRÚGOLI, 2012), ou por Movimentos de moradia¹⁸⁰. Além das marcas e dos símbolos históricos que compõem a região, o centro é um local que possui grande oferta de trabalho, incluindo o informal, serviços e infraestrutura urbana.

180 Utilizo a caixa alta (“Movimento”) quando desejo referir-me a nomes e siglas específicas, como Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC), e a caixa baixa (“movimento”) ao referir-me a um campo, uma rede, algo mais ou menos abstrato e menos claramente delimitado, que ora envolve mais, ou menos pessoas, o movimento de moradia.

Desde os anos 1970, com a Lei de Zoneamento de 1972, que versa sobre mecanismos de preservação do patrimônio histórico, as regiões da Luz e de Santa Ifigênia passaram a ser alvo de projetos de revitalização e reforma de seus edifícios históricos e culturais. Nos anos 1980, o Projeto Luz Cultural começou a se desenhar, foi interrompido por Jânio Quadros durante sua gestão na Prefeitura da cidade (1986-1988) e retomado, posteriormente, na gestão Paulo Maluf, com o nome de PROCENTRO; em 1998, o Projeto Luz, com financiamento do BID e coordenado pelo DPH e pelo Condephaat; e o Monumenta, no início dos anos 2000. Além disso, a Luz vinha sendo palco de estudos da Associação Viva o Centro, também com propostas de “revitalização” via reformas, tombamentos e investimentos “culturais”¹⁸¹. Atualmente, a Luz é palco do Complexo Cultural Júlio Prestes, formado pelo Museu da Língua Portuguesa; a restaurada Estação Júlio Prestes, onde fica a Sala São Paulo; o Parque da Luz; a Pinacoteca do Estado; e o Memorial da Resistência. (MAQUIAVELI, 2012)

Aliada à política de revitalização e reforma, há o problema da habitação no centro da cidade – especificamente, habitação de interesse social, para os pobres. A habitação precária foi alvo de recomendações legais em 1893, 1897, 1900 e 1908: demolição dos cortiços e construção de vilas operárias. Mas as recomendações nunca foram efetivadas, quer por instituições públicas ou privadas. Em 1925, Carlos de Campos (então “presidente do Estado de São Paulo”, de 1924 a 1927) declara: “A lei faculta à autoridade despejar os ocupantes dessas habitações impróprias e, nas toleráveis, proporcioná-las-á à lotação; mas a crise de alojamento e a repugnância que causa tal violência em circunstâncias tais, tolhem a ação do Serviço Sanitário” (MORSE, 1970, p. 297). Posteriormente, em meados dos anos 1930, o então prefeito Francisco Prestes Maia também se desresponsabiliza do problema da criação de uma política pública que contemple a habitação popular:

No extremo, há a questão dos miseráveis. Mas essa é antes de filantropia e reformação que de habitações populares. O poder público não pode alterar radicalmente a situação. O seu papel normal é simplesmente investigar, facilitar, auxiliar e mesmo exemplificar. Em caso de crises agudas e prolongadas, a administração pode intervir e levar adiante o que a iniciativa particular não conseguiu. (PRESTES MAIA, 1930 *apud* LIBÂNEO, 1989, p. 47).

É também da gestão Prestes Maia (1938-1945) uma primeira proposta que engendra uma concepção de cidade para tentar organizar a metrópole desvairada: uma cidade modernista, monumental, cujo planejamento urbano visa evitar confrontos e colisões (LIBÂNEO, 1989, p. 36; HARVEY, 1993, p. 69). Inspirado

181 Sobre a Associação Viva o Centro, ver Frúgoli Jr., 2000.

nos bulevares parisienses do Barão de Haussmann, o Plano de Avenidas de Prestes Maia reforçava, dentre outras coisas, a ideia de centralidade de uma região da cidade, à qual deveria ser possível, contudo, chegar rapidamente – pelas grandes avenidas perimetrais principais ou pelas vias radiais secundárias. Segundo Rolnik (2013):

A concepção urbanística proposta por Prestes Maia se opunha a qualquer obstáculo físico para o crescimento, viabilizando um modelo de expansão horizontal ilimitado, que se combinou perversamente com a autoconstrução na periferia como “solução” para o problema da moradia em um contexto de grande migração para a cidade.

O rápido acesso valorizou o centro da cidade. Local de empresas e empregos, serviços, atividades comerciais, infraestrutura urbana, instituições político-administrativas e religiosas e patrimônio arquitetônico e cultural, o centro é também local de encontro, sociabilidade, mediação de conflitos, manifestações políticas, protestos. Já historicamente marcado por uma “conflitualidade” (cf. Frúgoli Jr., 2000), o centro intensifica-se como região para a elite, intensificando, também, o processo de segregação e expulsão dos moradores de baixa renda e do comércio popular para zonas mais afastadas.

Compondo o centro, a região da Luz integra o distrito do Bom Retiro (que é também nome de um bairro limítrofe), e as representações sobre a região tem sido fortemente ancoradas na dicotomia Nova Luz/*cracolândia*. O Projeto Urbanístico Nova Luz¹⁸², proposto pela Prefeitura Municipal de São Paulo na gestão de José Serra (2005-2006) e terceirizado através de uma licitação de concessão urbanística¹⁸³, previa a “requalificação urbana” da área de um polígono formado pela Rua Mauá e pelas avenidas Ipiranga, São João, Duque de Caxias

182 É possível acessar o projeto no *site* da Prefeitura de São Paulo: <http://www.novaluzsp.com.br/projeto.asp>, acesso em 06/01/2011. Para uma interessantíssima discussão acerca das compreensões da legalidade envolvendo o Projeto Nova Luz, ver Pacheco, 2012.

183 Uma concessão é um instrumento que prevê, como contrapartida à cessão da responsabilidade estatal para um ator privado, a prestação de serviço continuada para a sociedade. A concessão urbanística é um instrumento formulado na gestão Marta e regularizado na gestão Kassab. Em termos de instrumentos de política habitacional, a ideia de uma concessão urbanística é algo contraditório: qual seria a contrapartida prestada para a sociedade, se as praças, as ruas, as calçadas já são públicas e já deve estar à disposição para o bom usufruto dos cidadãos? No caso da concessão do Nova Luz, além dessa contradição, ela tampouco está prevista no Plano Diretor. Tanto a Defensoria Pública quanto o Ministério Público possuem ações alegando a inconstitucionalidade da concessão urbanística do Nova Luz.

e Cásper Líbero, com demolições de edifícios e implementações de empresas e prédios para serviços públicos; valorização do patrimônio histórico e cultural, com vias a intensificar o setor de serviços e o capital imobiliário especulativo na região. A concessão urbanística foi anunciada em novembro de 2008 pelo então prefeito Gilberto Kassab, e efetivada em maio de 2010 a um consórcio entre as empresas Concremat Engenharia, Cia. City, AECOM Technology Corporation e Fundação Getúlio Vargas.

O polígono impactado pelo Projeto recebeu, há alguns anos, a alcunha de *cracolândia*, que tem sido alvo de violentas operações que vinculam o governo municipal e estadual e a polícia militar do estado de São Paulo, como a Ação Integrada Centro Legal¹⁸⁴ e a Operação Limpa. Em janeiro de 2012, a região foi alvo da Operação Sufoco, eliminando dali os usuários de crack, supostos párias sociais¹⁸⁵. Taniele Rui, cuja tese tem clara intenção oposta à das ações policiais, escreve: “(...) eu fiz diferente do que fez a polícia, o governador e o prefeito: não tentei matar por asfixia e à força a “*cracolândia*”. Nessas páginas, ela e os outros lugares de uso [de crack] que visitei respiram, vivem.” (RUI, 2012, p. 15).

Assim, a dicotomia Nova Luz/*cracolândia* acaba sendo uma dicotomia que reflete um mesmo real: o real dos dominantes, para usar os termos de Deleuze (1985), pois o diagnóstico da degradação (contido no termo *cracolândia*) serve como justificativa para a revitalização (proposta pelo Nova Luz), e tanto

184 A ação combina, dentre outras coisas, a internação compulsória de usuários de crack, atuação truculenta da Polícia militar e tem tido, como efeito, a dispersão dos usuários para outras regiões da cidade. Dados sobre a Ação podem ser acessados no *site* da Prefeitura <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/saudemental/AcaoIntegradaCentroLegal.PDF>.

185 “Durante janeiro de 2012, novas tentativas ostensivas da polícia para retirar usuários de crack das ruas da região da Luz – estigmatizada há décadas como a *cracolândia* – ganharam forte visibilidade da mídia impressa e também televisiva. Destacaram-se novos temas bem como questões mais antigas, com alcances variados, mas com crescente realce: a polêmica das internações involuntárias (almeçadas pelo poder público e obstadas por profissionais da saúde); novas dispersões territoriais dos usuários de crack por diversos bairros (com prejuízo para o atendimento feito por distintas entidades locais, sobretudo ONGs); comportamentos defensivos das populações locais (alvos de fiscalizações e novas demolições pela prefeitura); articulações de ativistas contra a violência policial e pelos direitos humanos; investigações do Ministério Público Estadual sobre critérios e práticas das operações policiais em andamento; caracterizações mais precisas sobre os usuários de crack pela imprensa (incluindo mulheres grávidas, ou então parentes em busca de usuários na área em questão); ações diversificadas e capilares do tráfico.” Frúgoli Jr. (2012). Sobre a discussão acerca da Cracolândia e dos usuários de crack, ver a tese de doutorado de Taniele Rui, 2012 e o artigo de Frúgoli Jr. e Spaggiari, 2012.

o diagnóstico como o Projeto representam interesses exteriores aos das pessoas cujas vidas acontecem pela região. Além disso, tanto o Nova Luz quanto os projetos interventores que o precederam na região têm em comum uma orientação semelhante à de teatralização do patrimônio cultural, como exposta por Canclini (2000): “a teatralização do patrimônio cultural é o esforço para simular que há uma origem, uma substância fundadora, em relação a qual deveríamos atuar hoje. Essa é a base das políticas culturais autoritárias”. (CANCLINI, 2000, p. 162). Também por isso é esclarecedor o *Dossiê Luz*, organizado por Frúgoli Jr. (2012), que apresenta etnografias de diferentes situações, usos, práticas espaciais e redes de relações e representações na região da Luz.¹⁸⁶

Entretanto, a região da Luz é uma região central que, desde 2003, pelo Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo¹⁸⁷, é demarcada como ZEIS: Zona Especial de Interesse Social, destinada à construção de moradia popular (Habitação de Interesse Social) ou de mercado popular. Por conta da superposição de intenções entre a ZEIS e o Nova Luz, dentro do perímetro de execução do Projeto foi criado um espaço para gestão participativa e tomada de decisões: o Conselho Gestor das ZEIS-3, composto por representantes de setores envolvidos na execução e no impacto do projeto urbanístico: moradores da região, comerciantes, proprietários, inquilinos, pessoas em situação de rua, movimentos de moradia, prefeitura, ONGs. O Conselho é composto por oito cadeiras da sociedade civil (e seus suplentes) e oito do poder público.

Os usos, as funções, as intervenções e as expectativas para a Luz envolvem distintos projetos de cidade, em disputa. Na Rua Mauá, um dos limites espaciais do Nova Luz, há um prédio, na altura do número 340, que foi ocupado antes mesmo do Projeto Nova Luz ser anunciado. Aproximemo-nos à ocupação Mauá.

186 Há outras pesquisas que também trabalham com situações de moradores sendo expulsos de seus locais de moradia devido a políticas urbanísticas autoritárias, especialmente nas áreas centrais. Atualmente, no Rio de Janeiro, há um processo de “cessão para fins empresariais e especulativos de uma imensa zona de terras que pertence ao governo federal” (BIRMAN e FERNANDES, 2011), num projeto denominado Porto Maravilha e caracterizado pelo atual vice-prefeito da cidade, Carlos Muniz, como “um projeto para integrar (...) uma área que está fora da vida da cidade”. (MUNIZ, 2011 *apud* FERNANDES e PIEROBON, 2012).

187 O Plano Diretor de São Paulo existe desde 1985; em 2002, contudo, foi reformulado (e passou a se chamar Plano Diretor *Estratégico*) e passou a contemplar alguns instrumentos de política urbana para moradores de baixa renda, como as ZEIS e os Planos Regionais das Subprefeituras.

A Mauá

Na madrugada do dia 24 para o dia 25 de março de 2007, conforme Fildelfo (2008, p. 109-119) narra, pessoas ocuparam o número 340 da Rua Mauá. Como conta Nelson, “havia pessoas que estavam vivendo com o [programa] Bolsa Aluguel da Marta, a bolsa já estava vencendo...”¹⁸⁸; havia as famílias que haviam sido despejadas da Plínio Ramos; as famílias que haviam sido despejadas da Prestes Maia. Essas pessoas organizaram-se em três Movimentos: o MSTC, o MMRC e o Movimento que, mais tarde, passaria a se chamar ASTC-SP: uniram-se os três Movimentos e ocuparam o prédio da Rua Mauá. Nascia a Comunidade Mauá.

Pouco antes da ocupação completar cinco anos de existência, os moradores foram notificados de uma liminar de reintegração de posse, por parte do proprietário. Os desenrolares dessa situação são contados e analisados em Paterniani (2013). Para os fins deste artigo, apresentarei brevemente a ocupação Mauá e uma de suas atividades fundamentais: atividade de formação do MMRC, um dos movimentos que a compõem.

Atualmente, há 237 famílias morando na ocupação Mauá, com cerca de 180 crianças: aproximadamente 1300 pessoas. Antes de ser ocupado, naquele prédio funcionava o Hotel Santos Dumont, inaugurado em 1953 e anfitrião de “milhares de pessoas recém-chegadas pela antiga Rodoviária da Luz” (PEREIRA, 2012, p. 161), desativada nos anos 1980. Por isso, a estrutura reconhecível de um hotel de meados do século XX: recepção (onde, atualmente, funciona uma portaria, com porteiros que se revezam em turnos e recebem dinheiro pelo trabalho, e câmeras de vigilância – se não se é morador nem conhecido, é preciso se identificar e apresentar um documento de identidade para entrar no prédio), escadas de mármore, e os corredores muito estreitos e escuros. Do piso, restam poucos tacos de madeira; anda-se praticamente em cima do concreto do contrapiso. Só há janelas dentro dos quartos; nas paredes de cada corredor, pintadas de um amarelo brilhante, há apenas um minúsculo quadrado vazado, por onde entram algumas réstias de sol a depender da luz do dia. Nos corredores, também há banheiros coletivos, tanques e muitos fios expostos e emaranhados – a eletricidade do prédio é improvisada pelos próprios moradores.

A estrutura do prédio, com um pátio interno descoberto, oferece um espaço de encontro para as crianças, ao voltar da escola, andarem de skate, pularem

188 Em depoimento no Encontro de Formação do MMRC, no Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, em janeiro de 2012.

amarelinha, brincarem de bate-bate (ou bate-bolas, ou bolimbolacho, um brinquedo popular dos anos 1980 que voltou a ser febre, especialmente entre os menores), correrem, gritarem, rirem. Às vezes, jogam futebol ou capoeira com monitores do projeto Herdeiro da Mauá. Em uma das paredes do pátio, inclusive, letras grandes – no mesmo padrão das letras do saguão de entrada e do salão de reuniões – formam a frase “Herdeiros da Mauá”. As crianças também têm à sua disposição um escorregador, no quarto andar, e alguns carros de brinquedo, em que podem entrar e pedalar. Por toda a ocupação há bicicletas de todos os tamanhos; às vezes nos escuros corredores há colchões encostados nas paredes.

Do pátio interno, vê-se concreto por todos os lados. Um concreto colorido pelas pichações e grafittis que se sobrepõem, e pelas muitíssimas roupas sempre dependuradas nas janelas e em varais suspensos, no melhor estilo toscano ou veneziano que encantaria a turistas no Antigo Continente. Essa é, para mim, a imagem-símbolo da Mauá: da escada que liga um andar a outro, a vista, por um vitrô quebrado, de crianças jogando futebol no pátio, com os dizeres “Herdeiros da Mauá” ao fundo, rodeadas pelos coloridos de roupas dependuradas. Há silêncio (observo essa imagem do quinto ou sexto andar); no entanto as roupas me trazem som e os corpos se movimentam. Essa é a imagem de *vida* com que se é brindado cotidianamente na Mauá.

A seguir, relatarei um tipo de atividade de participação que desponta como fundamental para entender algumas relações presentes na Mauá: atividades de formação¹⁸⁹ para, depois, tecer comentários e seguir a narrativa. Comerford (1999), em sua pesquisa sobre o MST, escreve que as reuniões, ocupações e discursos de dirigentes

permitem visualizar valores e representações socialmente construídas como importantes no universo social em questão, cujo conjunto pode ser analisado como uma “cosmologia”. No entanto, mais do que apenas representar valores, esses eventos, ou seja, esses conjuntos identificados, nomeados e destacados de práticas sociais contribuem para (re)construir e transformar esses valores, na medida em que cada evento relaciona-os, de modo até certo ponto singular, a uma situação específica e a outros conjuntos de práticas e representações (COMERFORD, 1999, p. 15)

189 Em Paterniani (2013), relato três atividades. Além das atividades de formação, uma assembleia e um ato que me levou a uma reintegração de posse. Ambos os relatos foram suprimidos neste artigo.

Atividades de formação: “consciência, corpo, compromisso”

Foi em um dos primeiros momentos da pesquisa de campo do mestrado que Nelson contou sua história, em uma *atividade de formação* do MMRC que acompanhei, a convite do próprio Nelson. A atividade começou com um café-da-manhã a todos os presentes, seguido de uma *mística*, coordenada por Nelson, na qual todos nos levantávamos e, em círculo, dávamos as mãos e, conforme íamos recebendo a palavra “energia”, tendo nosso braço chacoalhado pelo colega que nos dizia isso, olho-no-olho, deveríamos também dizer “energia” e chacoalhar o braço do colega ao lado.

Depois disso, Nelson fez uma longa *fala*, mesclando, na narrativa, sua trajetória, sua história, à história do movimento e da luta. Ou seja, sua fala expressa um caminho proposto no debate, nas Ciências Sociais, sobre como entender as “histórias de vida”, “trajetórias” e “biografias”. Nelson tomou para si uma tarefa que é também tarefa de antropólogos: narrar sobre como são construídos, compartilhados, pensados e vividos (ou experienciados) os sentidos de se estar no mundo.

Esses sentidos são todos tão possíveis quanto reais. Deixá-los ao alcance da realidade, possibilitar a compreensão e, de certa forma, traduzi-los para comunicá-los pressupõe inteligibilidade. Essa inteligibilidade pode ser alcançada pela narrativa, enquanto organizadora da experiência. É possível, então, dizer que a narrativa – e a comunicação que ela engendra – pode trazer ao alcance de realidades distintas (ao passo que torna inteligível) a experiência, ou melhor dizendo, o sentido.

Vamos à fala de Nelson. Ele a inicia, na atividade de formação, contando que veio para São Paulo, onde viveu bons e maus períodos, na década de 1990¹⁹⁰. Num desses maus períodos, entrou no movimento e viu que era possível olhar para o próximo de um jeito que não fosse com indiferença. Por seis meses, morou na rua Líbero Badaró. Despejado de lá, foi morar em um terreno no Ipiranga, onde enfrentou muita chuva num janeiro que “não era como esse que estamos vivendo [em 2012], não, era de muita chuva mesmo”. Lá, ele conta que viveu uma experiência de resistência e acompanhou a resistência das pessoas e, por seu esforço

190 Nascido em Santo Amaro da Purificação, na Bahia, “uma cidade que fica a meia hora de Salvador”, numa família de doze filhos, ele conta, no documentário *Leva*: “Me iludiram. Me iludiram, que é a palavra certa, mesmo, pra eu vir pra São Paulo. Que São Paulo era mil maravilhas, que em São Paulo o cara acontecia, fazia e acontecia. Aí ele me indicou um prédio pra eu trabalhar de Segurança, lá na [Avenida] Paulista. Trabalhei seis anos de segurança lá, e depois saí, também. Aí não quis mais trabalhar registrado pra ninguém, não. Porque – *tsc* – eu tomei nojo de patrão.”

e dedicação, foi convidado pela Coordenação a ser colaborador do movimento. Aceitou e ficou por quatro anos vinculado a esse Movimento. Ajudou a organizar a Marcha dos Cem Mil a Brasília, diversas ocupações e a Marcha até o Center Norte. Mas por motivos de divergência de pensamento e ideologias, saiu desse Movimento em 2000. Precisava voar. Mas ficou só.

De repente, na iminência de um despejo, famílias “confusas e perdidas, que estavam ao Deus-dará” o procuraram. Ele fez reuniões e assembleias, *ajudou a organizá-las*, “não podia dizer “não” praquela gente”. “Deu na cabeça fazer uma ocupação”. Mas como fazer? Onde? Resolveu se afastar um pouco da região central e foi ocupar um local na Av. Radial Leste. Levou as famílias até lá, e quando um *companheiro* estava serrando o cadeado, a Guarda Civil Metropolitana apareceu “com arma em punho. Assim não dava pra continuar.” E Nelson lá, “com um carnaval de gente. Nem hoje eu não consigo organizar esse tanto de gente”. Resolveu então subir a Rua Mauá, entrou na Rua Plínio Ramos e viu um prédio vazio. Foi sua salvação: “como atirar num pássaro que nunca vi e acertar”. A polícia chegou, e ele ficou do outro lado da rua. A polícia tentou entrar e não conseguiu. Foi embora. À meia-noite do dia 28 de fevereiro de 2003, o prédio estava ocupado pelo movimento: a ocupação Plínio Ramos, onde passaram a morar 79 famílias (FÓRUM CENTRO VIVO, 2006, p. 31). A ocupação Plínio Ramos tornou-se referência no movimento de moradia, tanto pela organização da ocupação como pela violência do despejo que as famílias sofreram, em 16 de agosto de 2005, dois anos e oito meses depois da ocupação. “Os moradores organizaram no prédio atividades como educação infantil, alfabetização de jovens e adultos, oficina de costura, grupos de mulheres e jovens, atividades culturais e de formação política. Até mesmo uma horta hidropônica vertical foi criada, utilizando paredes da construção” (FÓRUM CENTRO VIVO, 2006, p. 36).

No despejo, a polícia fez uso de bombas de gás lacrimogêneo, gás-pimenta e balas de borracha. No dossiê organizado pelo Fórum Centro Vivo, lê-se: “(...) este despejo forçado envolvendo cerca de trezentas pessoas – entre elas 110 crianças – foi o mais violento de que se teve notícia nos últimos anos da cidade de São Paulo” (FÓRUM CENTRO VIVO, 2006, p. 36). Não foi um mero despejo; foi preciso matar, com doses de truculência, essa ocupação tão viva. Nelson conta: “Aí vi coisa. Setenta e cinco famílias na rua, sem ter pra onde ir. E tínhamos que lutar. Me deu na cabeça soldar a porta. E aí foi aquele dismantelo. Era pra acabar mesmo com o movimento, preparamos nossa resistência.” Com a porta principal soldada, bombeiros quebraram uma porta lateral feita de aço. “Foi um confronto tremendo aquele despejo. E depois a coisa se modificou. Não houve mais aquela

organização e confronto com o Estado.” Nelson foi levado para o 1º DP, no bairro da Liberdade, durante o despejo, e ficou lá, “de mãos atadas”. Lembra com angústia: “a polícia tava lá pra massacrar e eu não tava junto do povo”, lamenta.

O dossiê do Fórum Centro Vivo segue: “Com o despejo, os moradores que não tinham para onde ir montaram seus barracos na rua em frente ao prédio, que teve portas e janelas vedadas com tijolos e cimento e permanece vazio” (FÓRUM CENTRO VIVO, 2006, p. 37), como é de praxe em imóveis reintegrados: a construção do muro da vergonha. O acampamento cresceu, com famílias despejadas de outras ocupações, e se estendeu nas “calçadas da rua Mauá com a Plínio Ramos” (FÓRUM CENTRO VIVO, 2006, p. 39). Nelson também se recorda que depois da desocupação “deu na cabeça fazer acampamento na porta do prédio. Ficamos três meses na rua. Três meses de massacre. Não tem coisa pior do que viver na rua e ser humilhado. Os filhos dos companheiros não podiam ir pra escola porque não tinham lugar pra tomar banho”. Ao cabo desses três meses, Nelson continua contando, a Prefeitura destinou-os a um abrigo: um galpão “cheio de pulga, rato e barata”. Ficaram lá por mais quatro meses para depois receber da Prefeitura R\$250,00 mensais durante um ano: “um auxílio miséria”.

Depois de descrever essas situações, Nelson faz uma reflexão: “Que país é esse em que a pessoa tem que passar massacre para morar?”, seguida de uma reprimenda: “E aí o companheiro passa por isso tudo e consegue parede e chave e abandona a luta. Consegue casa na Cidade Tiradentes e passa para a frente. Fica de ocupação em ocupação”. E emenda com uma observação aparentemente descolada do ritmo da narrativa: “Eu já devia ter dado esse depoimento. Temos que fazer isso anualmente, preservar a memória do movimento, escrever. Esse não é “o movimento do seu Nelson”, é movimento que foi criado com o povo, pensamento do povo, para fazer luta e combater as desigualdades.”

Nelson segue contando que, no dia 25 de março de 2007, foi feita outra ocupação, de novo, na Rua Mauá. Conta que o chamaram para organizar, e ele estava “sem ninguém”. Mas resolveram fazer ocupação. Havia “pessoas que estavam vivendo com o [programa] Bolsa Aluguel da Marta, a bolsa já tava vencendo, o beneficiário não tinha dinheiro...” Então juntaram três Movimentos: O MSTC, o MMRC e o Movimento que, mais tarde, daria origem à ASTC-SP, “e ocupamos”. Nelson conta que se apoderou do que pôde; hoje tem 22 espaços lá. Ele continua: “A ocupação aconteceu de madrugada. No dia seguinte, apareceu a Gerlaine e foi um rolo pra ceder espaço pra ela. Acabei cedendo e foi graças a Deus, porque senão nem eu estaria lá.” E estão lá até hoje.

Novamente seu relato parece dar um salto, porque Nelson, então, começa a falar sobre a importância de ser encarado com “respeito e dignidade”, e conta que no dia anterior estava andando com “a moça da [TV] Cultura”, com o celular na mão, e era parado o tempo todo por pessoas que o cumprimentavam. A moça comentou que ele era bem querido no bairro, ao que ele respondeu: “No bairro, não, na cidade de São Paulo. E eu conquistei isso.” A seguir, faz referência à “desgraça do Moinho”¹⁹¹. Diz que não pôde ir até lá no dia, mas as pessoas procuravam por ele. Sentiam sua falta, e isso é muita coisa. Ele diz que às vezes até evita ir onde tá acontecendo desgraça. “Tem desgraça demais. Vou no Moinho, vem família chorando, me abraça, eu acalento, digo “estamos juntos”, dou meu telefone.” Diz que pode ligar pra ele se precisar de alguma coisa. Mas não foi mais lá. “Ir pra quê?”, questiona-se. “Pra sair mais revoltado? A prefeitura cobra minha presença lá. Pra quê?”

Então, ele menciona eventos recentes da cidade de São Paulo e seus parceiros na luta – universitários, ONGs, o MSTC, a ULC –, que “ora falamos a mesma língua, ora, línguas diferentes”. Porque, frisa, é importante a união dos movimentos; o movimento ocupa para alavancar a política habitacional. “Não queremos política nem programas, mas um projeto habitacional que siga nossos interesses. Porque política, cada um faz a sua. A Marta, por exemplo, fez a política do Locação Social. Não fez moradia definitiva. O Maluf construiu o Cingapura. O Serra/Kassab acabou com a Bolsa Aluguel e faz a sua política: dar um cheque de 300 reais [que agora subiu para R\$440,00] para o companheiro ‘se danar’”. O que há de servir é um projeto, que não acabe quando mudar o governo. “Temos que vencer, não sei de que forma.”¹⁹²

Depois de uma pausa para um café, Nelson reinicia sua fala com uma crítica aos sindicatos, que estariam enriquecendo com dinheiro do governo. Cita a Secretaria de Movimentos Sociais, e diz que “não serve pra nada”. Que ele mesmo parou de frequentar as reuniões. Mas entende que é preciso ter um pé lá dentro pra poder opinar; preocupa-se em não colocar o movimento para servir de estrutura pra ninguém.

191 Em referência a um incêndio na Favela do Moinho, que ocorrera às vésperas do encontro de Formação do MMRC e ganhou destaque na mídia e na militância da esquerda.

192 O Prof. Heitor Frúgoli fez uma interessante observação a partir dessa diferenciação feita entre política, programas e projeto. O problema dos programas parece ser a descontinuidade que supõem; a ideia de “política” parece conter um ranço clientelista; e a de projeto parece supor continuidade e protagonismo popular.

Dito isso, emenda: “vamos entrar num momento de muita atenção: as eleições. O que vamos fazer?”. Diz que as pessoas têm um desejo imediatista para conseguir moradia, e denuncia associações – sem, contudo, explicitar claramente que associações são essas; no máximo são descritas vagamente, como “uma da Lapa” – que mentem, dizendo, por exemplo, que há terreno garantido para a associação. Assim, seguindo o raciocínio de Nelson, mais pessoas irão participar da associação. “Pra quê? Pra encher salão. Isso deixa a consciência tranquila?”

E finaliza sua fala da seguinte maneira:

“Nós não nascemos pra sofrer tanto como estamos sofrendo. Esse é o nosso território nacional. Que pátria é essa? Precisamos de consciência, corpo, compromisso. Queremos liberdade. Viver sem preconceito, racismo, homofobia.”

Depois do almoço, a atividade de formação continuou com uma análise de conjuntura. O Prof. Heitor Frúgoli, convidado por Nelson, iniciou sua fala, que teve considerações sobre a relevância da luta pelo centro e uma breve contextualização, lembrando que nem sempre foi assim, que nos anos 1990 existia uma política que via os camelôs e a população de rua como inimigos; política essa levada a cabo pela Associação Viva o Centro. Teria sido a partir dos anos 2000 que os sem-teto colocaram uma outra agenda, popular, para o centro da cidade. Nesse momento, ele faz uma pergunta provocadora: “Sem-teto pode construir agenda? O que une essas pessoas? Não ter moradia digna?”

A partir dessa provocação, os presentes se manifestam sobre as organizações mais engessadas, sobre as manipulações, contam histórias de frustrações que já sofreram no movimento, dificuldades de convivência, humilhações e desesperos pelos quais passaram na vida. Falam, também, de suas expectativas e esperanças em relação à luta e ao movimento, fazem avaliações pessimistas e otimistas, lembram de vitórias, conquistas, massacres, perdas. Ponderam sobre a relação com o governo, reconhecendo-o como interlocutor fundamental. É fundamental a importância de lembrar, contar e compartilhar o sofrimento, como se estivesse se criando politicamente o que é narrado como experiência, criando uma “comunidade de sofrimento” à maneira da comunidade de aflição de Turner (1968)¹⁹³.

193 O termo “comunidade de sofrimento” é utilizado por Vieira (2010), em sua pesquisa sobre o acidente radiológico com o Césio-137, em Goiânia, em 1987. Em sua pesquisa, afirma que a “comunidade de sofrimento configurada narrativamente atualiza e perpetua o sofrimento e reafirma sua absoluta falta de solução e a impossibilidade de esquecê-lo.” (VIEIRA, 2010, p. 90). Intento utilizá-lo para mostrar como o sofrimento pessoal de cada um, isto é, a luta de cada um para sobreviver, ao ser compartilhado no movimento, transforma-se, positiva e

E, assim, a atividade vai seguindo, os pontos vão sendo amarrados e algo como uma colcha de elementos comuns do MMRC vai se compondo.

Considerações finais

No pátio interno da Mauá, há um *stencil* repetidas vezes nas paredes, com os dizeres: “Do luto à luta”. Além do jogo sonoro e semântico, a frase ainda nos oferece algumas outras pistas para pensar sobre o processo que ela sumariza. “Luto” é o processo psicanalítico e emocional de elaboração da morte ou separação de um ente querido, mas é também a conjugação do verbo “lutar” na primeira pessoa singular do indicativo: Eu luto. Sozinho. Está aí, portanto, uma dimensão eminentemente individual tanto do processo de elaboração de perda¹⁹⁴ como da tentativa de reação ao sofrimento. “Luta”, por sua vez, tem uma semântica múltipla no movimento, que apresentei no capítulo anterior. Por estar contextualizado, isto é, por estar impresso naquelas paredes, sabemos que esse luta não é o verbo “lutar” conjugado na terceira pessoa singular do indicativo. Não: *luta* é substantivo, que contém em si a dimensão da ação. Ela pode ser tanto individual como coletiva e propõe uma superação do luto – ainda que reconheça o sofrimento como sua força motriz.

A fala de Nelson no encontro de formação (bem como depoimentos de moradores e lideranças) traz, muitas vezes, o termo *luta*, em um uso de acordo com os que Comerford (1999) indica: em falas que são “denúncia ou reflexão sobre a situação de quem fala e sobre a condição dos pobres e as causas de seu sofrimento individual e também coletivo” (COMERFORD, 1999, p. 19). Outro uso, segundo o autor, seria para caracterizar o cotidiano de trabalho dos pobres, mas sugiro estender essa noção para um outro uso, ainda mais corrente e que espero restar claro nesta dissertação: para caracterizar a *vida* dos pobres – qualificada por uma experiência cotidiana de precariedade, muitas vezes agravada por dramas pessoais específicos e cujos cotidianos são vistos como crises permanentes. *Luta* também aponta para enfrentamentos concretos e prolongados na luta por moradia (COMERFORD, 1999), luta por dignidade, luta para viver. Esse trinômio (moradia, dignidade e vida) são elementos intercambiáveis nas falas das pessoas que estão *na luta*: “*Luta* refere-se a tudo aquilo que se é obrigado a enfrentar no dia a

politicamente, na luta comum – justamente visando a superação de uma condição de sofrimento que passa por não viver numa *moradia digna*.

194 Apesar do processo de luto ter tido, por muito tempo, uma dimensão pública, muitos psicanalistas reconhecem o processo de restringir o luto a um luto privado, a partir da Segunda Guerra Mundial: devido aos altos índices de morte de soldados.

dia para viver dignamente” (COMERFORD, 1999, p. 28). Além disso, e ainda semelhante a Comerford (1999), *luta* também remete a uma categoria (os sem-teto) e a ações nos planos jurídico (especialmente nos litígios envolvendo processos de ocupação e reintegração de posse) e político (em ocupações, atos de rua e participação em espaços institucionais de discussão e deliberação), em benefício ou em defesa dessa categoria.

Outros elementos presentes na fala de Nelson aludem a uma sólida e enfatizada memória do movimento de moradia, que evoca, também o sofrimento e a violência, desde o Massacre de Eldorado dos Carajás sofrido pelo MST até reintegrações de posse e despejos violentos, como o da Plínio Ramos e recente “massacre de Pinheirinho”, passando por conquistas de moradias de companheiros e lideranças – que estão ali, de corpo presente, provas vivas da memória encarnada –, avaliações e lembranças da relação com o poder público no passado recente da história política da cidade de São Paulo – a gestão Erundina e a gestão Marta –, a condenação das gestões Serra e Kassab. Nessa memória que constrói o movimento reside uma prática de fabulação poderosa: a de constituir-se como sujeito político coletivo.

“Amanhecer o dia de amanhã já é política”, diz-me Nelson, em conversa particular depois de uma reunião. Política é a sobrevivência do *povo pobre e trabalhador*. Quando perguntei para ele se mãe solteira fazia política, ele disse que sim. E associou política à *luta*: lutar – e a luta é para sobreviver – é fazer política. Lutar é também limpar e organizar o prédio da Mauá, é viver o dia a dia. Nem precisa sair na rua pra fazer a luta. Mas quem não faz parte do movimento também pode estar na luta? *Lógico*, me responde Nelson, ao que pergunto: “Como?”, e a réplica é: “Arruma reunião pra mim, arruma seminário pra mim...”. Isto é, a *luta* é para sobreviver, diante de algumas condições de dificuldade e identificação, como sem-teto, mãe solteira, pobre, ou seja, de imediato parece não estar vinculada à participação no movimento; ao mesmo tempo a *luta* também é fortalecer o movimento, quando se está fora, sendo solidário a ele. Lutar é prestar-se à luta com aqueles que lutam para sobreviver.

Referências

ARENDDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

_____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BIRMAN, Patrícia; FERNANDES, Adriana. “Os *sem-teto* nos projetos de ordem do Rio de Janeiro: exceção e resistência na metrópole (considerações iniciais)”. *Anais da IX Reunião de Antropologia do Mercosul*. Paraná, Curitiba, 2011.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EdUSP, 2000

COMERFORD, John. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

DELEUZE, Gilles. *Cinema 1 – Imagem-Tempo*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

_____. *Bergsonismo*. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2007.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2003.

FERNANDES, Adriana; PIEROBON, Camila. “Cotidiano da *viração*, engajamento e políticas públicas”. *Actas del Tercer Congreso Latinoamericano de Antropología ALA*. Santiago de Chile, 2012.

FILADELFO, Carlos. *A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2008.

FORUM CENTRO VIVO. *Dossiê-denúncia. Violações dos direitos humanos no centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas*. São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.oidc.org.br/oidc/img/img_publicacoes/pdf/dossie_fcv.pdf

FRÚGOLI JR., Heitor. *Centralidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez: EdUSP, 2000.

_____. “Introdução”. Dossiê Luz. *Revista Ponto Urbe*. n° 11, 2012.

_____; SPAGGIARI, Enrico. “Da cracolândia aos noias: percursos etnográficos no bairro da Luz”. *Revista Ponto Urbe*. n. 6, 2010.

LIBÂNEO, M. Lúcia. *A invenção da cidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 1989.

MAQUIAVELI, Janaina. “Passando a limpo: um passeio pelos processos e pelos projetos de revitalização urbana do Meatpacking District, em Nova York, e da Região da Luz, em São Paulo”. *EURE*. Vol. 38, n° 115, setembro/2012.

MASSEY, Doreen. “Um sentido global do lugar”. In: ARANTES, A. *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000.

MORSE, Richard. *Formação história de São Paulo (De comunidade à metrópole)*. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1970.

PATERNIANI, Stella Z. *Política, fabulação e a ocupação Mauá: etnografia de uma experiência*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2013.

PEREIRA, Olívia de Campos Maia. *Lutas urbanas por moradia: o centro de São Paulo*. Tese de doutorado. Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos. Universidade de São Paulo: São Carlos, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento – política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

ROLNIK, Raquel. *459 anos: Celebrando a maior crise urbanística da história da cidade de São Paulo*. 25/01/2013. Disponível em: <http://raquelrolnik.wordpress.com/2013/01/25/459-anos-celebrando-a-maior-crise-urbanistica-da-historia-da-cidade-de-sao-paulo/>

RUI, Taniele. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: da Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2012.

TURNER, Victor. *The drums of affliction. A study of religious processes among the Ndembu of Zambia*. Oxford University Press, 1968.

ZUKIN, Sharon. “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder”. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

■..... Stella Zagatto Paterniani é mestranda em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas. Interesses de pesquisa: Antropologia da Política, Teoria Antropológica, Teorias da Tradução e Políticas Públicas. stella.paterniani@gmail.com